

**Exmo. Senhor
Coordenador da Frente Comum de
Sindicatos da Administração
Pública**

Data

13-05-2024

Assunto: Petição n.º 9/XVI/1.^a - Eliminar a precariedade na profissão Docente.

Encontrando-se em apreciação nesta Comissão a [petição](#) identificada em epígrafe (cujo texto se anexa), solicita-se a V. Exa. se digne no sentido de ser prestada a esta Comissão a informação considerada conveniente, que habilite à sua apreciação e aprovação de um relatório final.

A presente solicitação é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da [Lei de Exercício do Direito de Petição \(LEDP\)](#), aprovada pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação atual).

Conforme disposto na mesma Lei:

«O cumprimento do solicitado pela comissão parlamentar, nos termos do presente artigo, tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efetuado no prazo máximo de 20 dias (seguidos)» (artigo 20.º, n.º 4);

«Não é admitida a recusa injustificada de depoimento ou o não cumprimento das demais diligências previstas no n.º 1 do artigo 20.º, sem prejuízo da possibilidade de prestação de depoimento por escrito pelas entidades que gozam dessa prerrogativa processual. Sem prejuízo da alteração da data da convocação por imperiosa necessidade de serviço, os trabalhadores em funções públicas e agentes do Estado e de outras entidades públicas incorrem em responsabilidade disciplinar por incumprimento dos deveres referidos no número anterior. A violação dos deveres referidos no n.º 1 por titulares de cargos públicos, uma vez advertidos de que se encontram em situação de

incumprimento, constitui crime de desobediência. A falta de comparência injustificada por parte dos petionários pode ter como consequência o arquivamento do respetivo processo, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º, não lhes sendo aplicado o previsto no número anterior.» (artigo 23.º, n.ºs 1 a 4).»

Com os melhores cumprimentos,

**A Presidente da Comissão,
Manuela Tender**